



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 4 (abr. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em abril de 2011 foi superavitário em R\$ 15,6 bilhões, contra R\$ 9,1 bilhões em março. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 21,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 5,7 bilhões e R\$ 52,0 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em abril de 2011 foi superavitário em R\$ 15,6 bilhões, contra superávit de R\$ 9,1 bilhões em março.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAR 2011	ABR 2011	JAN - ABR 2010 2011	
I. RECEITA TOTAL	73.536,4	89.354,9	272.138,8	320.745,8
I.1. Receitas do Tesouro	55.294,1	70.586,1	209.921,5	248.513,9
I.1.1. Receita Bruta (1)	55.541,2	70.914,5	211.887,5	249.938,5
I.1.1.1. Impostos	26.176,6	34.513,1	96.197,1	120.783,0
I.1.1.2. Contribuições	22.101,6	23.608,2	80.273,4	94.047,5
I.1.1.3. Demais	7.263,1	12.793,2	35.417,0	35.107,9
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-247,1	-328,4	-1.871,4	-1.372,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-94,6	-51,9
I.2. Receitas da Previdência Social	18.020,2	18.546,2	61.496,3	71.459,8
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	17.636,8	18.064,0	60.042,9	69.881,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	383,4	482,2	1.453,4	1.578,8
I.3. Receitas do Banco Central	222,1	222,6	720,9	772,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.475,2	14.397,7	44.225,5	56.277,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	63.061,2	74.957,2	227.913,3	264.468,4
IV. DESPESA TOTAL	53.911,2	59.368,3	203.179,4	222.989,0
IV.1. Despesas do Tesouro	32.522,8	34.818,0	123.559,9	135.319,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.770,0	16.392,2	53.493,5	59.400,0
IV.1.2. Custeio e Capital	18.555,8	18.240,0	69.678,5	75.252,0
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.315,7	1.839,0	7.279,2	7.772,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	728,9	601,5	3.452,8	3.005,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.046,3	2.067,8	7.230,5	8.121,1
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.464,9	13.731,7	51.716,0	56.353,8
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	9.894,6	10.735,6	38.913,1	42.972,8
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.570,4	2.996,1	12.803,0	13.381,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	197,0	185,8	387,9	667,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.155,7	24.275,6	78.724,0	86.662,3
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	16.507,6	18.974,5	61.215,8	67.673,4
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.648,1	5.301,1	17.508,2	18.988,9
IV.3. Despesas do Banco Central	232,7	274,6	895,5	1.006,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	9.150,0	15.588,9	24.733,9	41.479,5
VI.1. Tesouro Nacional	12.296,2	21.370,4	42.136,2	56.916,8
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.135,5	-5.729,5	-17.227,7	-15.202,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.129,2	-910,6	-1.172,9	2.207,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.264,7	-4.818,9	-16.054,8	-17.410,1
VI.3. Banco Central (6)	-10,7	-52,0	-174,6	-234,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,20%	3,29%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - ABR %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas	18,3%	17,9%
Tesouro	19,4%	18,4%
Previdência	14,9%	16,2%
Transferências	13,6%	27,3%
Receita Líquida	19,3%	16,0%
Despesas	18,4%	9,7%
Benefícios	14,7%	10,1%
Pessoal	7,2%	11,0%
Custeio e Capital	34,5%	8,0%
FAT	7,2%	6,8%
Subsídios	408,0%	-13,0%
LOAS/RMV	19,5%	12,3%
Outras	35,0%	9,0%
Custeio	23,4%	10,4%
Capital	89,4%	4,5%
PIB	15,9%	12,1%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 15,4 bilhões (27,7%) no mês, passando de R\$ 55,5 bilhões em março para R\$ 70,9 bilhões em abril de 2011. Essa evolução decorreu, principalmente, dos

seguintes acréscimos na arrecadação: i) R\$ 4,0 bilhões no IRPF reflexo do pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2011 (ano base 2010); ii) R\$ 2,5 bilhões (29,3%) no IRPJ e R\$ 1,0 bilhão (23,8%) na CSLL, em função do pagamento, em abril, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desses tributos encerrada em março e término, em março, do prazo legal para pagamento do saldo referente ao ajuste relativo ao ano anterior; iii) R\$ 3,4 bilhões na cota-parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; iv) R\$ 2,6 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas em função, especialmente, do ingresso de R\$ 2,5 bilhões referente ao recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e v) R\$ 810,6 milhões na arrecadação do IOF.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,4 bilhões em abril, contra R\$ 10,5 bilhões no mês anterior, aumento de 37,4 %. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 10,8 bilhões, com crescimento de 32,6% frente a março, reflexo da melhor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de março, transferido em abril. Destaca-se também que as demais transferências cresceram R\$ 792,6 milhões, impactadas pelo ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundeb, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/11	ABR/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.127,0	10.779,2
CIDE-Combustíveis	-	477,6
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.185,8	2.978,3
Total	10.475,2	14.397,7

¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se crescimento de R\$ 2,3 bilhões (7,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a março. O aumento decorreu basicamente do incremento nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 2,6 bilhões (19,0%), devido, principalmente, ao pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que registraram R\$ 3,2 bilhões em abril, contra R\$ 125,3 milhões em março de 2011.

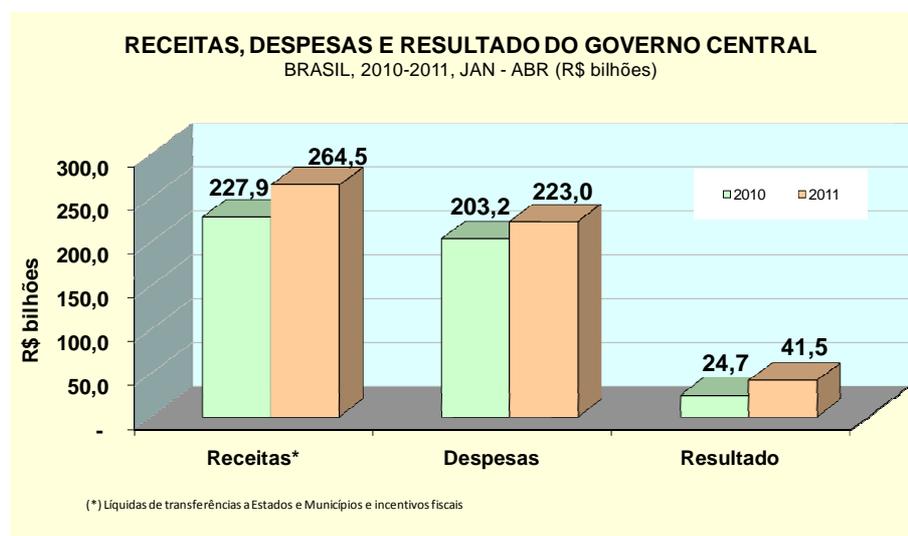
O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital (R\$ 315,8 milhões, equivalente a 1,7%) deve-se, sobretudo, à redução das despesas do FAT, em R\$ 476,6 milhões (20,6%) e dos Subsídios e Subvenções Econômicas, em R\$ 127,4 milhões (17,5%). Por outro lado, as Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 266,7 milhões (2,0%), enquanto que o desembolso com LOAS/RMV mantiveram desempenho equivalente.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo concentrou-se principalmente no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com crescimento de R\$ 104,0 milhões (5,2%); nas despesas discricionárias, com aumento de R\$ 66,3 milhões (0,6%); e sentenças judiciais, R\$ 34,7 milhões (81,5%).

No caso das despesas discricionárias, o Ministério da Saúde apresentou a maior variação negativa nos dispêndios (R\$ 438,0 milhões), enquanto o Ministério do Desenvolvimento Social ampliou seus gastos em R\$ 253,3 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 5,7 bilhões, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões apurado em março. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 526,0 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, aumentaram de R\$ 21,2 bilhões, em março, para R\$ 24,3 bilhões em abril (diferença de R\$ 3,1 bilhões). Essa variação é explicada pelo pagamento de R\$ 3,2 bilhões de precatórios em abril contra pagamento de R\$ 281,7 milhões no mês de março. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 910,6 milhões no mês, contra superávit de R\$ 1,1 bilhão em março. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,8 bilhões em abril. No mês anterior, esse valor havia sido de R\$ 4,3 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 41,5 bilhões. No mesmo período de 2010, o Governo Central teve superávit de R\$ 24,7 bilhões (aumento de R\$ 16,7 bilhões ou 67,7%). Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 14,8 bilhões (35,1%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 2,0 bilhões (11,8%) no déficit da previdência.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 38,1 bilhões (18,0%) relativamente ao primeiro quadrimestre de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 8,5 bilhões, 25,8%) e da CSLL (R\$ 3,3 bilhões, 19,1%) devido à apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e ao ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 7,0 bilhões, 16,1%) e PIS/Pasep (R\$ 2,1 bilhões, 18,3%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS inci-

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	3,74%	4,51%
Previdência Social	-1,53%	-1,20%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	2,20%	3,29%

Houve elevação de 27,3% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros quatro meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

As despesas do PAC cresceram R\$ 2,1 bilhões (39,3%) em 2011, em comparação com o primeiro quadrimestre de 2010.

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 2,0 bilhões (11,8%) relativamente aos primeiros quatro meses de 2010.

dente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 8,0 bilhões, 25,0%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 4,2 bilhões, 20,7%), Rendimentos do Capital (R\$ 2,0 bilhões, 31,6%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,5 bilhão, 47,7%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 3,4 bilhões, 30,1%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; v) crescimento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 2,4 bilhão, 23,4%) e; iv) incremento de R\$ 1,5 bilhão (19,0%) na arrecadação do IOF devido ao aumento de volume das operações de crédito e da arrecadação sobre aplicações financeiras. Por outro lado, houve queda na arrecadação de dividendos (R\$ 1,8 bilhão, 25,0%) e na rubrica Outras Receitas (R\$ 1,8 bilhão, 41,2%).

No primeiro quadrimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 12,1 bilhões (27,3%). Esta evolução decorre do crescimento de R\$ 10,6 bilhões (32,8%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) e do incremento de R\$ 2,3 bilhões (132,2%) nas transferências do Fundeb, devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011, transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Até abril de 2011, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 11,8 bilhões (9,5%) frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu, principalmente: i) do aumento de R\$ 5,6 bilhões (8,0%) nas despesas de custeio e capital, sendo R\$ 3,9 bilhões (9,7%) nas despesas discricionárias, e R\$ 2,1 bilhões (39,3%) nas despesas do PAC; e ii) do crescimento de R\$ 5,9 bilhões (11,0%) nas despesas com pessoal e encargos. Como percentual do PIB, houve redução de 0,04 p.p. nessa rubrica.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 2,0 bilhões (11,8%) relativamente ao primeiro quadrimestre de 2010, alcançando R\$ 15,2 bilhões frente aos R\$ 17,2 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 10,0 bilhões (16,2%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários

aumentaram R\$ 7,9 bilhões (10,1%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,2 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 17,4 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 70,9 bilhões em abril contra R\$ 55,5 bilhões verificados em março de 2011 (aumento de 27,7%). Este comportamento é explicado pelos aumentos de R\$ 8,3 bilhões (31,8%) na arrecadação de impostos, de R\$ 1,5 bilhão (6,8%) na de contribuições e de R\$ 5,5 bilhões (76,1%) nas demais receitas.

Em abril, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 34,5 bilhões e as de contribuições R\$ 23,6 bilhões, apresentando em seu conjunto acréscimo de R\$ 9,8 bilhões (20,4%) em relação aos valores apurados em março. Essa evolução reflete, sobretudo: i) o incremento de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação do IRPF decorrente do pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2011 (ano base 2010); ii) o acréscimo de R\$ 2,5 bilhões (29,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 1,0 bilhão (23,8%) na de CSLL, em função do pagamento, em abril, da primeira cota ou da cota única referente à apuração trimestral encerrada em março de 2011 e do término, em março, do prazo legal para pagamento do saldo desses tributos referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2010; e iii) o crescimento de R\$ 916,7 milhões na arrecadação do IRRF, impactado, especialmente, pelo item Rendimentos de Capital (aumento de R\$ 819,6 milhões) devido, especialmente, ao aumento da arrecadação dos ganhos sobre o resgate de aplicações financeiras.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram acréscimo de R\$ 5,5 bilhões (76,1%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações positivas: i) R\$ 3,4 bilhões na Cota parte de compensações, devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; ii) R\$ 2,6 bilhões nas diretamente arrecadadas, decorrente, principalmente, do ingresso, em abril, de R\$ 2,5 bilhões referente ao recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e iii) R\$ 629,6 milhões em dividendos.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,80% nos quatro primeiros meses de 2011, dos quais 9,57% correspondem à arrecadação de impostos, 7,45% à de contribuições e 2,78% às demais receitas.

Na comparação com os quatro primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 38,1 bilhões (18,0%), passando de R\$ 211,9 bilhões para R\$ 249,9 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de 27,7% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAR/11	ABR/11
Impostos	26.176,6	34.513,1
Imposto de Renda	18.468,1	25.933,8
IPI	3.585,8	3.862,8
Outros	4.122,7	4.716,5
Contribuições	22.101,6	23.608,2
Cofins	12.518,6	12.677,3
CPMF	11,2	5,3
CSLL	4.229,8	5.238,1
Cide - Combustíveis	662,6	883,7
Outras	4.679,3	4.803,7
Demais	7.263,1	12.793,2
Cota parte	1.222,6	4.616,0
Diretamente Arrecadada	2.223,7	4.819,4
Dividendos da União	1.516,3	2.245,9
Concessões	15,6	11,4
Outras	2.185,0	1.100,5
Total Bruto	55.541,2	70.914,5

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia e as alterações na legislação

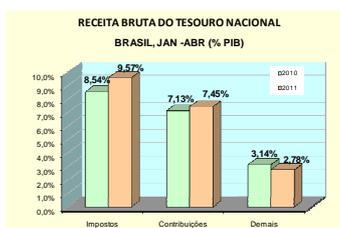
influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, além de alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis, móveis e eletrodomésticos em 2010.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 8,5 bilhões (25,8%) no IRPJ e de R\$ 3,3 bilhões (19,1%) na CSLL, explicado pelo desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011.
- crescimento de R\$ 8,0 bilhões (25,0%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 4,2 bilhões (20,7%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,7% da massa salarial nos meses de dezembro de 2010 a março de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 2,0 bilhões (31,6%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a março de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,5 bilhão (47,7%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- incremento de R\$ 7,0 bilhões (16,1%) na Cofins e de R\$ 2,1 bilhões (18,3%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 11,1% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a março de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações; e iii) aos recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais na Cofins, no valor de R\$ 530 milhões, em março/2011 e de R\$ 395 milhões em fevereiro/2010, e depósitos judiciais no valor de R\$ 66 milhões no PIS-Pasep em abril de 2011.
- incremento de R\$ 3,4 bilhões (30,1%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010 e ao crescimento de 2,79% no volume de vendas ao mercado interno, realizadas de dezembro/2010 a março/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior; i- i) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 27,2% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 8,3% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 7,9% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido ao crescimento de 2,32% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2010 a março de 2011 em re-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	96.197,1	120.783,0
Imposto de Renda	70.872,8	88.795,8
IPI	11.372,0	14.792,7
Outros	13.952,2	17.194,4
Contribuições	80.273,4	94.047,5
Cofins	43.378,9	50.357,8
CPMF	30,9	34,8
CSLL	17.500,4	20.848,0
Cide - Combustíveis	2.518,8	2.947,7
Outras	16.844,4	19.859,2
Demais	35.417,0	35.107,9
Cota parte	10.392,6	10.952,9
Diretamente Arrecadada	10.087,3	12.444,3
Dividendos da União	7.214,9	5.413,5
Concessões	274,9	292,9
Outras	7.447,3	6.004,3
Total Bruto	211.887,5	249.938,5

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



lação ao mesmo período de 2009/2010; ao término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como a reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, no mês de janeiro de 2011 e de R\$ 111 milhões em abril de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou redução de R\$ 309,1 milhões (0,9%), em relação aos quatro primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 1,8 bilhão (25,0%) em dividendos; e ii) redução de R\$ 1,8 bilhão (41,2%) em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhão para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009. Por outro lado, verificou-se aumento de R\$ 2,4 bilhões (23,4%) nas receitas diretamente arrecadadas.

Em abril de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 14,4 bilhões, contra R\$ 10,5 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 3,9 bilhões (37,4%). Esse comportamento resulta de: i) crescimento de R\$ 2,7 bilhões nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de março, com reflexo nas transferências de abril; ii) acréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências de Fundeb, impactado, especialmente, pelo ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo, relativos ao exercício de 2010, conforme Portaria MEC nº 380/2011; e iii) crescimento de R\$ 477,6 milhões nas transferências da CIDE.

No primeiro quadrimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 12,0 bilhões (27,3%), elevando-se de R\$ 44,2 bilhões nos quatro primeiros meses de 2010 para R\$ 56,3 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 10,6 bilhões (32,8%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 2,3 bilhões (132,2%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/11	ABR/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.127,0	10.779,2
CIDE-Combustíveis	-	477,6
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.185,8	2.978,3
Total	10.475,2	14.397,7

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Mar	Abr*
Terceiro Decêndio	10.072,7	13.517,8
Primeiro Decêndio	1.372,6	2.699,1
Segundo Decêndio	6.400,9	7.438,3
Total	17.846,2	23.655,1

*Inclui valores transferidos relativos à classificação de IR e IPI por estimativa.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,87%	3,40%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,08%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,06%	0,05%
Demais	0,92%	0,93%
Total	3,93%	4,46%

¹ Inclui auxílio financeiro

Houve elevação de 27,3% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros quatro meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/11	ABR/11
Pessoal e Encargos	13.770,0	16.392,2
Custeio e Capital	18.555,8	18.240,0
Despesas do FAT	2.315,7	1.839,0
Subsídios e Subvenções	728,9	601,5
LOAS/RMV	2.046,3	2.067,8
Outras	13.464,9	13.731,7
Transferência ao Bacen	197,0	185,8

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,8 bilhões, contra R\$ 32,5 bilhões no mês anterior. O aumento de R\$ 2,3 bilhões (7,1%) decorreu basicamente do incremento nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 2,6 bilhões (19,0%) em contrapartida ao decréscimo de R\$ 315,8 milhões (1,7%) registrado nas despesas de Custeio e Capital.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais aumentaram R\$ 2,6 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que registraram R\$ 3,2 bilhões em abril, contra R\$ 125,3 milhões em março de 2011.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à redução das despesas do FAT, em R\$ 476,6 milhões (20,6%) e dos Subsídios e Subvenções Econômicas, em R\$ 127,4 milhões (17,5%). Por outro lado, as Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 266,7 milhões (2,0%), enquanto que o desembolso com LOAS/RMV manteve desempenho equivalente.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 1,8 bilhão em abril, contra gastos de R\$ 2,3 bilhões realizados em março. Esse decréscimo decorreu, principalmente, da redução de R\$ 494,6 milhões (21,5%) nos gastos com pagamento de seguro desemprego. Não foi registrado desembolso com abono salarial nos meses de março e abril.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas decorreu, principalmente, da execução do Programa de Sustentação de Preços, com decréscimo de R\$ 130,0 milhões. Também registrou redução o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), no montante de R\$ 165,7 milhões (96,3%), enquanto que o Pronaf registrou aumento do desembolso de R\$ 123,7 milhões (314,7%).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 266,7 milhões concentrou-se principalmente no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com acréscimo de R\$ 104,0 milhões (5,2%); nas despesas discricionárias, com aumento de R\$ 66,3 milhões (0,6%); e sentenças judiciais, R\$ 34,7 milhões (81,5%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,72% do PIB no primeiro quadrimestre de 2011, contra 10,97% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 11,8 bilhões (9,5%) em relação ao ano anterior, destacando-se os incrementos de R\$ 5,9 bilhões (11,0%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 5,9 bilhões (11,0%) nas Despesas de Custeio e Capital.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ²	MAR/11	ABR/11
Agricultura	500,1	275,1
Custeio Agropecuário	178,4	138,4
Investimento Rural	0,0	0,1
Preços Agrícolas	39,0	-63,6
- EGF	0,5	0,3
- AGF	-91,4	-63,9
- Sustent. de preços	130,0	0,0
Pronaf	39,3	163,1
Pesa	172,1	6,4
Cacau	0,1	0,0
Fundo da Terra/Incra	33,2	25,6
FUNCAFÉ	12,2	5,2
Revitaliza	25,7	0,0
Outros	25,0	0,1
FND	-0,9	-1,4
Exportação (Proex)	26,0	1,4
Total	525,1	275,1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/11	ABR/11
Sentenças Judiciais	42,6	77,3
Legislativo	95,8	105,2
Judiciário	465,5	466,9
Crédito Extraordinário ¹	329,4	354,7
PAC ²	1.993,3	2.097,3
Outras ³	84,8	110,4
Discricionárias	10.453,5	10.519,9
d/q Min. da Saúde	5.025,9	4.587,9
Min. do Des. Social	1.303,3	1.556,6
Min. da Educação	1.503,2	1.474,7
Min. da Defesa	998,5	984,8
Min. da Ciência e Tec.	275,1	266,2
Min. do Des. Agrário	82,9	118,0
Min. da Justiça	230,6	214,7
Min. da Previdência	152,8	167,6
Min. dos Transportes	59,4	84,0
Min. das Cidades	34,2	36,8
Demais	787,7	1.028,6
Total	13.464,9	13.731,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,19% para 5,96% do PIB (decréscimo de 0,23 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 0,13 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; ii) redução em 0,07 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iii) redução de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT. As despesas com LOAS/RMV não registraram alteração em relação ao PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,75% em 2010, para 4,71% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 5,9 bilhões, decorrente do acréscimo nominal de R\$ 1,1 bilhão no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de R\$ 4,8 bilhões do Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 3,5 bilhões em 2011, contra desembolso equivalente no mesmo período de 2010.

As despesas do FAT atingiram R\$ 7,8 bilhões nos quatro primeiros meses de 2011, contra R\$ 7,3 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 3,0 bilhões em 2011, contra R\$ 3,5 bilhões no mesmo período de 2010. Esta redução de R\$ 447,7 milhões no período registrou-se nos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 1,4 bilhão); ii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 356,0 milhões); e iii) Sustentação de Preços (R\$ 216,4 milhões). Por outro lado houve aumento nos dispêndios do Pronaf (R\$ 936,6 milhões), do Custeio Agropecuário (R\$ 332,2 milhões) e do Pesa (R\$ 261,3 milhões). Em complemento, houve retorno líquido do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) de R\$ 102,8 milhões em 2011, contra despesas de R\$ 176,8 milhões em 2010 (variação de R\$ 279,6 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 890,7 milhões (12,3%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,7% e 5,9% do salário mínimo nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,1% no primeiro quadrimestre de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,8 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	10,97%	10,72%
Pessoal e Encargos	4,75%	4,71%
Custeio e Capital	6,19%	5,96%
Despesas do FAT	0,65%	0,62%
Subsídios e Subvenções ¹	0,31%	0,24%
LOAS/RMV	0,64%	0,64%
Capitalização da Petrobras	0,00%	0,00%
Outras	4,59%	4,46%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,04 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 frente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	2.174,9	1.729,7
Custeio Agropecuário	14,8	346,9
Investimento Rural	9,5	23,3
Preços Agrícolas	1.374,7	-270,3
- EGF	87,1	28,4
- Sustent. de preços	494,4	278,0
Pronaf	214,6	1.151,3
Pesa	63,8	325,2
Cacau	0,0	0,1
Fundo da Terra/Incrá	446,8	90,8
FUNCAFÉ	50,6	36,8
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-181,6	97,1
FND	-4,8	-5,7
Exportação (Proex)	-176,8	102,8
Total	1.993,3	1.826,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
² Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
abr/01	1.237.700	-	417.719	-	819.980	-
abr/02	1.376.243	11%	491.760	18%	884.483	8%
abr/03	1.586.011	15%	600.342	22%	985.668	11%
abr/04	1.770.314	12%	724.351	21%	1.045.963	6%
abr/05	2.102.443	19%	959.340	32%	1.143.103	9%
abr/06	2.323.911	11%	1.092.004	14%	1.231.908	8%
abr/07	2.507.671	8%	1.201.527	10%	1.306.144	6%
abr/08	2.721.027	9%	1.312.881	9%	1.408.146	8%
abr/09	2.981.123	10%	1.447.978	10%	1.533.145	9%
abr/10	3.209.653	8%	1.555.132	7%	1.654.521	8%
abr/11	3.439.119	7%	1.636.080	5%	1.803.040	9%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Sentenças Judiciais	1.287,1	192,1
Legislativo	371,6	395,6
Judiciário	1.582,8	1.755,8
Crédito Extraordinário ¹	2.260,2	2.165,7
PAC ²	5.425,0	7.558,7
Outras ³	848,9	453,8
Discricionárias	39.940,5	43.832,2
d/q Min. da Saúde	16.600,0	18.242,0
Min. do Des. Social	5.720,4	6.034,3
Min. da Educação	5.300,1	6.679,0
Min. da Defesa	3.901,7	4.132,1
Min. da Ciência e Tec.	1.112,1	1.212,6
Min. do Des. Agrário	665,9	358,7
Min. da Justiça	887,8	824,3
Min. da Previdência	589,0	596,7
Min. dos Transportes	446,0	306,0
Min. das Cidades	487,2	140,1
Demais	4.230,2	5.306,4
Total	51.716,0	56.353,8

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em 2011, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 13,4 bilhões (incremento de 4,5%) em relação ao exercício de 2010.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 4,6 bilhões (9,0%) no primeiro quadrimestre de 2011 em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 3,9 bilhões (9,7%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 2,1 bilhões (39,3%). Por outro lado, registraram redução no período as sentenças judiciais (R\$ 1,1 bilhão, 85,1%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 562,3 milhões). Responderam pelo aumento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 1,6 bilhão), da Educação (R\$ 1,4 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 313,9 milhões) e da Defesa (R\$ 230,4 milhões). Destacam-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 13,4 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 578,0 milhões (4,5%) em relação ao ano de 2010.

O montante pago de restos a pagar (RP) em março de 2011 segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 11,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 3,3 bilhões), da Saúde (R\$ 2,4 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,0 bilhões), destacando os projetos Implantação, Modernização e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (R\$ 103,1 milhões), Implantação e Expansão do Ensino Superior (R\$ 160,9 milhões), REUNI - Readequação da Infra-Estrutura de Universidades Federais (R\$ 362,0 milhões); Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (R\$ 455,1 milhões); Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 491,2 milhões) e Construção de Submarinos (R\$ 181,0 milhões).



Em abril, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,7 bilhões, contra um déficit de R\$ 3,1 bilhões em março. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu R\$ 2,0 bilhões, passando de R\$ 17,2 bilhões no primeiro quadrimestre de 2010 para R\$ 15,2 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em abril de 2011, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,7 bilhões, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões em março. No primeiro quadrimestre deste ano o déficit atingiu R\$ 15,2 bilhões, contra R\$ 17,2 bilhões no ano anterior. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,53% nos quatro primeiros meses de 2010 para 1,20% no período correspondente de 2011.

DISCRIMINAÇÃO	MAR	ABR	JAN - ABR	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	18.020,2	18.546,2	61.496,3	71.459,8
Arrecadação Bruta	19.979,6	20.494,0	69.216,8	80.682,5
- Contribuição Previdenciária	18.196,6	18.571,9	62.701,0	72.976,0
- Simples	1.635,3	1.707,9	5.665,7	6.931,1
- CFT	0,0	72,0	173,3	115,2
- Depósitos Judiciais	138,1	132,0	635,8	620,2
- Refis	9,6	10,2	41,0	40,0
(-) Restituição/Devolução	-52,6	-60,4	-180,8	-212,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.906,8	-1.887,5	-7.539,7	-9.010,6
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.155,7	24.275,6	78.724,0	86.662,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.135,5	-5.729,5	-17.227,7	-15.202,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,53%	-1,20%

A arrecadação líquida da Previdência Social em abril totalizou R\$ 18,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 526,0 milhões (2,9%) frente aos ingressos líquidos de março. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2010, a arrecadação líquida aumentou R\$ 10,0 bilhões (16,2%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e março de 2011 foi 15,7% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios em abril alcançaram o valor de R\$ 24,3 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 3,1 bilhões (14,7%) em relação a março. Esta variação decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais no mês de abril, que totalizou R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 281,7 milhões em março. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 7,9 bilhões (10,1%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 50,70 (7,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 947,9 mil (4,0%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se destacar ainda, que o pagamento de precatórios no acumulado do primeiro quadrimestre de 2011 apresentou uma redução de R\$ 519,6 milhões com relação ao mesmo período de 2010.

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	61.496,3	71.459,8	16,2%
Urbano	60.042,9	69.881,0	16,4%
Rural	1.453,4	1.578,8	8,6%
Benefícios	78.724,0	86.662,3	10,1%
Urbano	61.215,8	67.673,4	10,5%
Rural	17.508,2	18.988,9	8,5%
Res. Primário	-17.227,7	-15.202,4	-11,8%
Urbano	-1.172,9	2.207,6	-288,2%
Rural	-16.054,8	-17.410,1	8,4%

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 542,4 mil aposentadorias (3,5%), 172,6 mil pensões por morte (2,6%) e 217,6 mil benefícios de auxílio-doença (18,5%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,6	24,5	4,0%
Valor médio RGPS**	710,6	761,3	7,1%

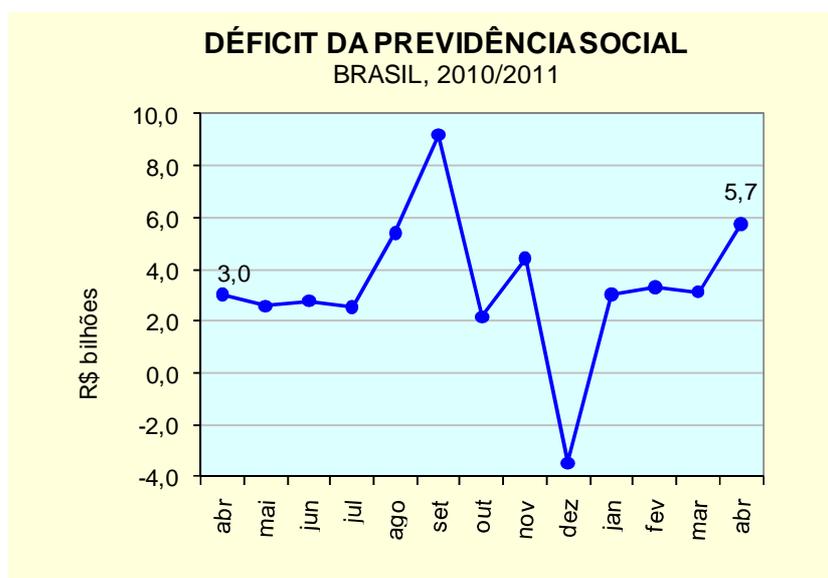
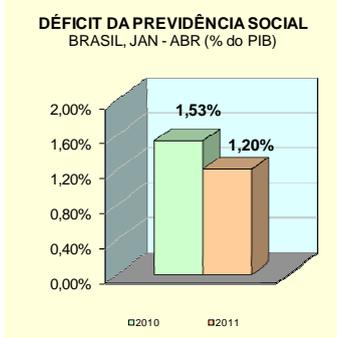
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,46%	5,66%
Urbano	5,33%	5,54%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,99%	6,87%
Urbano	5,44%	5,36%
Rural	1,55%	1,50%
Res. Primário	-1,53%	-1,20%
Urbano	-0,10%	0,17%
Rural	-1,43%	-1,38%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

	Em mil benefícios			
	MAR 2011	ABR 2011	JAN - ABR 2010 2011	
Benefícios do RGPS	24.524	24.628	23.577	24.525
Previdenciários	23.702	23.801	22.792	23.700
Aposentadorias	15.708	15.759	15.160	15.696
Idade	8.216	8.243	7.907	8.210
Invalidez	2.967	2.924	2.910	2.965
Tempo de contribuição	4.525	4.544	4.343	4.520
Pensão por morte	6.666	6.678	6.486	6.660
Auxílio-Doença	1.199	1.226	1.026	1.213
Salário - maternidade	69	76	66	70
Outros	61	62	53	61
Acidentários	822	826	785	825
Aposentadorias	168	169	161	168
Pensão por morte	125	125	126	125
Auxílio - doença	175	179	148	179
Auxílio - acidente	282	283	276	282
Auxílio - suplementar	71	71	74	71

Como proporção do PIB, em relação ao primeiro quadrimestre de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,20 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,12 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,53% para 1,20% do PIB, ou seja, 0,33 p.p. menor que o registrado no ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 911,0 bilhões em abril, o equivalente a 23,9% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 4,9 bilhões, em termos nominais, consequência do decréscimo de R\$ 3,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida, e de R\$ 2,0 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,4 p.p no mês.

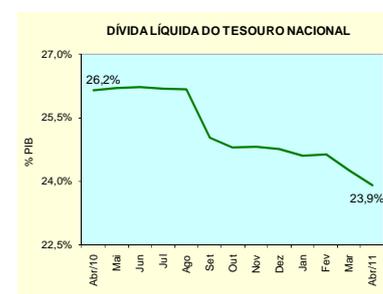
TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 ABR	2011 MAR	2011 ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	781.782	832.710	829.751
I.1. Dívida Interna	2.145.911	2.301.558	2.354.546
I.2. Haveres Internos	1.364.129	1.468.848	1.524.795
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.901	83.232	81.278
II.1. Dívida Externa	92.158	83.535	81.601
II.2. Haveres Externos	257	303	323
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	873.683	915.942	911.029
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,2%	24,3%	23,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 911,0 bilhões, o equivalente a 23,9% do PIB, reduzindo-se em 2,3 p.p em relação a abril de 2010.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,3 p.p, passando de 26,2% em abril de 2010 para 23,9% em abril de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 37,3 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 48,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 10,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de abril, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 829,8 bilhões, o equivalente a 21,8% do PIB. A redução de R\$ 2,9 bilhões, em relação ao mês anterior explica-se pelo crescimento de R\$ 53,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensada pelo aumento de R\$ 55,9 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,6 p.p., passando de 23,4% para 21,8%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 781,8 bilhões em abril de 2010 para R\$ 829,8 bilhões em abril de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 208,6 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 160,7 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,6 p.p. do PIB em comparação a abril de 2010.



TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA	2.145.911	2.301.558	2.354.546
I.1. Dívida Mobiliária	2.129.865	2.288.421	2.341.702
DPMFi em Poder do Público ¹	1.492.913	1.611.513	1.653.079
DPMFi em Poder do Banco Central	661.210	706.365	718.842
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(24.258)	(29.457)	(30.219)
I.2. Demais Obrigações Internas	16.045	13.137	12.844
II. HAVERES INTERNOS	1.364.129	1.468.848	1.524.795
II.1. Disponibilidades Internas	369.467	378.909	431.529
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	445.301	479.273	481.785
II.3. Haveres da Administração Indireta	221.767	241.921	243.376
II.4. Haveres Administrados pela STN	327.594	368.744	368.105
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	781.782	832.710	829.751
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,4%	22,1%	21,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em abril, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 53,3 bilhões em termos nominais e 0,8 p.p. em proporção do PIB comparativamente ao mês anterior. Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 31,4 bilhões ocorrido no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 22,6 bilhões. Em relação a abril do ano anterior, houve aumento de R\$ 211,8 bilhões em termos nominais e redução de 2,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 63,8% para 61,4% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve crescimento no mês de R\$ 41,6 bilhões, associado à emissão líquida de R\$ 25,9 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 15,6 bilhões. Na carteira do Banco Central, a elevação foi de R\$ 12,5 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 5,5 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 7,0 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de NTN-B em R\$ 15,4 bilhões, de LTN no montante de R\$ 12,6 bilhões e de LFT em R\$ 9,1 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	ABR	MAR	ABR
Em Poder do Público	1.493	1.612	1.653
LFT	537	535	544
LTN	272	329	342
NTN-B	368	407	422
NTN-C	59	61	61
NTN-F	220	245	251
Demais ¹	38	35	34
Aplic. em Tít. Púb.	-24	-29	-30
Na carteira do BCB	661	706	719
Total	2.130	2.288	2.342
% PIB	63,8%	60,6%	61,4%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, ABR/2011

Título	Saldo Mar/11	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Abr/11
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.611,5	52,7	(26,79)	15,6	1.653,1
LFT	535,0	4,8	(0,06)	4,4	544,2
LTN	328,9	30,4	(20,62)	2,8	341,5
NTN-B	406,6	12,5	(2,48)	5,4	422,0
NTN-C	61,0	0,0	(0,67)	0,7	61,0
NTN-F	245,2	3,2	(0,01)	2,2	250,6
Demais ¹⁴	34,9	1,9	(2,96)	0,0	33,9
Na carteira do BCB	706,4	5,5	0,00	7,0	718,8
Total	2.317,9	58,2	(26,8)	22,6	2.371,9

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹⁷ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 55,9 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a elevação em R\$ 52,6 bilhões nas disponibilidades internas, R\$ 2,5 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, R\$ 1,5 bilhão nos haveres da administração indireta e redução de R\$ 638,9 milhões nos haveres administrados pela STN.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, a principal variação foi observada nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 3,3 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de fevereiro foi de 0,6%.

O aumento de R\$ 1,5 bilhão nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 950,8 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 612,6 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e redução de R\$ 93,8 milhões dos Fundos Diversos.

Nos haveres administrados pela STN, houve redução de R\$ 416,7 milhões no saldo dos haveres de legislação específica e de R\$ 268,7 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

Em abril, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 81,3 bilhões, contra R\$ 83,2 bilhões em março. Houve redução de R\$ 2,0 bilhões em termos nominais e em relação ao PIB a variação foi de 0,1 p.p. Essa

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2010/2011			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	ABR	MAR	ABR
Lei 9.496/97	325,2	358,3	360,9
MP 2.185/01	52,0	57,4	58,1
Lei 8.727/93	36,4	32,7	32,3
Antecipação de Royalties	10,2	9,4	9,3
Bônus Renegociados	5,7	5,1	4,7
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	15,8	16,4	16,4
Total	445,3	479,3	481,8
% PIB	13,3%	12,7%	12,6%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2010/2011			
Entidade	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	ABR	MAR	ABR
FAT	141,1	149,1	150,1
Fundos Regionais	53,4	60,2	60,8
Demais	27,3	32,6	32,5
Total	221,8	241,9	243,4

**Dívida Externa
Líquida**

redução reflete o resgate líquido de R\$ 626,1 milhões, ocorrido no mês, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 600,9 milhões e a variação cambial no montante de R\$ 1,9 bilhão.

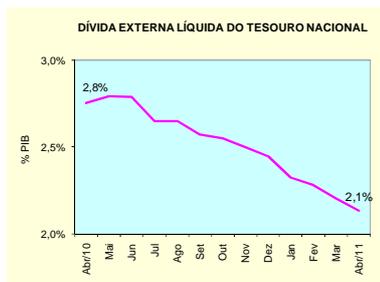


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA EXTERNA	92.158	83.535	81.601
I.1. Dívida Mobiliária	72.913	63.982	62.613
Euro	7.080	4.570	4.639
Global US\$	54.895	47.582	46.040
Global BRL	10.748	11.704	11.811
Demais	190	126	123
I.2. Dívida Contratual	19.245	19.553	18.988
Organismos Internacionais	16.202	16.084	15.485
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.043	3.470	3.503
II. HAVERES EXTERNOS	257	303	323
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	257	303	323
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.901	83.232	81.278
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,8%	2,2%	2,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em abril de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 81,3 bilhões, equivalentes a 2,1% do PIB, valor inferior, em 0,6 p.p. do PIB, ao registrado no ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 10,6 bilhões, passando de R\$ 91,9 bilhões em abril de 2010 para R\$ 81,3 bilhões em abril de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,6 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, ABR/2011

Discriminação	Estoque Mar/11	Fatores de Variação				Estoque Abr/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	63.982	0	(279)	509	(1.599)	62.613
Global US\$	47.582	0	(279)	362	(1.625)	46.040
Euro	4.570	0	0	39	31	4.639
Global BRL	11.704	0	0	107	0	11.811
Demais	126	0	0	1	(4)	123
Dívida Contratual	19.553	0	(348)	92	(310)	18.988
Org. Internacionais	16.084	0	(186)	63	(476)	15.485
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.470	0	(162)	29	166	3.503
Total	83.535	0,3	(626,3)	600,9	(1.908,9)	81.601

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 76,7% (R\$ 62,6 bilhões); e a dívida contratual representa 23,3% (R\$ 19,0 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Abril 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Abr/2010	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2011
I. RECEITA TOTAL	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9
I.1. Receitas do Tesouro	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1
I.1.1. Receita Bruta	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5
- Impostos	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1
- Contribuições	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2
- Demais ¹	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2
I.3. Receitas do Banco Central	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6
II.4. Demais	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	66.966,1	51.548,4	50.484,8	60.000,3	57.808,4	129.343,9	62.337,8	58.452,5	81.205,5	75.320,8	51.129,2	63.061,2	74.957,2
IV. DESPESA TOTAL	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.794,4	61.046,1	48.663,4	53.911,2	59.368,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1
IV.3. Custeio e Capital	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.552,4	24.866,5	13.589,7	18.555,8	18.240,0
IV.3.1. Despesa do FAT	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0
- Abono e Seguro Desemprego	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4
- Demais Despesas do FAT	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.621,6	53,1	728,9	601,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	279,0	369,1	203,8	326,4
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	42.927,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.731,7
- Outras Despesas de Custeio	10.933,7	11.726,1	9.413,2	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5	11.355,2	8.612,3	13.921,7	8.421,0	9.894,6	10.735,6
- Outras Despesas de Capital ⁶	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4	5.299,5	1.515,0	3.570,4	2.996,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8
IV.5. Despesas do Banco Central	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	16.599,7	-505,0	668,0	779,0	4.005,5	26.018,2	7.797,3	1.028,7	14.411,0	14.274,7	2.465,8	9.150,0	15.588,9
VI.1. Tesouro Nacional	19.692,4	2.123,9	3.517,8	3.390,7	9.506,6	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.783,6	17.421,3	5.828,9	12.296,2	21.370,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	3.474,8	-3.021,9	-3.315,6	-3.135,5	-5.729,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	876,6	1.223,3	1.168,4	1.186,3	-749,6	-4.556,8	1.692,9	193,3	8.783,1	1.046,9	942,1	1.129,2	-910,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.888,4	-3.812,8	-3.946,7	-3.751,9	-4.666,0	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3	-4.068,8	-4.257,7	-4.264,7	-4.818,9
VI.3. Banco Central ⁹	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5	13,6	-117,3	-151,8	152,6	-124,7	-47,5	-10,7	-52,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	60,4	150,8	148,5	146,8	125,2	141,9	121,1	164,2	139,7	140,3	139,1	104,5	79,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-132,0	-1.077,2	-70,8	-313,0	-672,9	-566,7	-685,5	462,0	853,4	-608,1	-74,6	421,2	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	16.528,2	-1.431,4	745,7	612,8	3.457,9	25.593,5	7.233,0	1.654,9	15.404,2	13.807,0	2.530,3	9.675,7	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-9.473,7	-10.874,5	-7.159,0	-13.208,7	-12.589,3	-9.393,9	-8.998,6	-11.631,0	-10.573,3	-14.830,9	-12.400,5	-13.644,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	7.054,5	-12.305,9	-6.413,3	-12.595,9	-9.131,4	16.199,6	-1.765,6	-9.976,1	4.830,9	-1.023,9	-9.870,2	-3.969,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,2	1.020,1	998,7
RMV ⁵	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

⁷ Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Abr/2010	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2011
I. RECEITA TOTAL	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9
I.1. Receitas do Tesouro	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1
I.1.1. Receita Bruta	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5
I.1.1.1. Impostos	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1
IR	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8
IR - Pessoa Física	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4
IR - Pessoa Jurídica	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9
IR - Retido na Fonte	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6
IRRF - Rendimentos do Capital	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5
IRRF - Remessas ao Exterior	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6
IRRF - Outros Rendimentos	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9
IPI	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8
IPI - Fumo	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4
IPI - Bebidas	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0
IPI - Automóveis	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1
IPI - Vinculado a importação	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4
IPI - Outros	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9
IOF	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1
Imposto de Importação	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2
Outros	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0	10,2	10,2
I.1.1.2. Contribuições	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2
COFINS	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3
CPMF	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3
CSSL	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1
CIDE-Combustíveis	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7
Pis/Pasep	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8
Salário Educação	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6
Outras	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1	448,3
I.1.1.3. Demais	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2
CPSS ¹	773,1	790,4	766,5	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0
Cota parte de compensações financeiras	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0
Diretamente arrecadadas	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4
Concessões	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4
Dividendos	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4
I.1.2. (-) Restituições	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2
Urbana	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0
Rural	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2
I.3. Receitas do Banco Central	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6
II.4. Demais	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3
II.4.1. Salário Educação	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3
II.4.3. Fundef/Fundeb	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2
II.4.4. Outras	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2010	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2011
I. DESPESA TOTAL	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.794,4	61.046,1	48.663,4	53.911,2	59.368,3
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2
I.2. Benefícios Previdenciários	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1
I.3. Custeio e Capital	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.552,4	24.866,5	13.589,7	18.555,8	18.240,0
I.3.1. Despesa do FAT	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.621,6	53,1	728,9	601,5
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1
Equalização de custeio agropecuário	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4	138,4
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0	0,1
Política de preços agrícolas	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5	0,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9
Garantia à Sustentação de Preços	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0	0,0
Pronaf	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3	163,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1	161,4
Concessão de Financiamento ⁵	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7
Proex	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0	1,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7	24,0
Concessão de Financiamento ⁵	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7	-22,6
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1	6,4
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2	33,2	25,6
Funcafé	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2	5,2
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,9	-1,4
Capitalização à Emgea	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	279,0	369,1	203,8	326,4
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	42.927,8	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.731,7
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6	77,3
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3	572,1
Legislativo	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8	105,2
Judiciário	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5	466,9
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4	354,7
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.392,4	1.755,2	1.828,1	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8	110,4
I.3.5.6. Discricionárias	9.648,2	11.080,7	10.204,1	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.447,2	10.453,5	10.519,9
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8
I.5. Despesas do Banco Central	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,2	1.020,1	998,7
RMV ⁷	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Abr/2010	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	67.956,8	73.282,3	62.798,6	62.136,1	73.263,8	73.289,8	67.718,2	80.502,3	108.491,5	60.893,2	85.357,3	73.627,9	80.449,1
I.1 - Recolhimento Bruto	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.054,8	64.944,0	52.152,4	58.045,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,6
I.5 - Receita do Salário Educação	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.762,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	66.089,0	74.219,6	76.455,3	71.999,1	87.370,1	64.938,1	71.387,8	86.341,4	80.653,6	104.954,6	80.356,9	75.832,6	80.991,7
II.1 - Liberações Vinculadas	13.653,5	16.978,4	13.743,5	11.936,3	15.004,4	13.036,2	15.414,3	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.890,7	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0
II.2 - Liberações Ordinárias	52.435,4	57.241,2	62.711,8	60.062,8	72.365,7	51.901,9	55.973,5	69.930,4	61.140,5	83.044,5	60.415,9	62.221,4	62.993,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.966,1	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.294,8	14.628,0	15.839,0	17.906,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,6	334,8	607,4
i) Dívida Contratual Interna	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4
ii) Dívida Contratual Externa	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,6	226,3	500,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.021,0	21.277,7	20.726,3	24.627,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	16.801,8	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.798,4	18.273,6	19.678,8	18.639,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.198,2	117,2	483,2	421,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.867,8	-937,2	-13.656,6	-9.863,0	-14.106,3	8.351,7	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9	-44.061,4	5.000,4	-2.204,7	-542,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4	47.784,6	35.096,9	47.304,3	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5	49.525,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5
V. DESPESAS	19.237,8	2.437,0	46.678,8	46.687,0	35.197,1	36.140,3	42.237,3	5.699,1	14.036,8	96.816,6	1.091,8	26.283,3	22.785,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1
V.1.2 - Dívida Contratual	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,9	217,8	732,3	700,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0	13.135,1	310,4	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	5.512,8	20.946,7	-25.230,1	-20.462,7	-13.083,6	31.272,6	4.621,1	10.348,5	41.662,1	-115.428,5	40.063,8	12.308,0	36.057,0

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2010	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8	6.638,7	23.964,3	3.223,7	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3
I.1. Emissão de Títulos	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	15.700,0	2.995,2	0,0	35.027,0	18.203,4	0,0	0,0	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4
II.1. Resgate de Títulos	14.000,0	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4
II.2. Encargos da DPMF	1.700,0	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0
III. RESULTADO (I - II)	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/10	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	781.781,6	792.885,9	803.862,7	817.622,1	827.005,7	798.941,5	801.837,8	814.042,8	820.335,5	825.139,4	834.924,3	832.700,0	829.751,1
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6
DPMFi em Poder do Público ^{\1}	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6
DPMFi em Poder do Banco Central	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7
Demais Obrigações Internas	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6
I.2. HAVERES INTERNOS	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.590,9	1.401.201,7	1.439.222,7	1.468.853,3	1.524.794,5
Disponibilidades Internas	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	431.528,7
Haveres junto aos Governos Regionais	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8
Haveres da Administração Indireta	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.284,7	241.906,0	243.375,7
Haveres Administrados pela STN	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1	93.168,9	91.501,1	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8
Dívida Mobiliária	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6
Dívida Contratual	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2
II.2. HAVERES EXTERNOS	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	873.682,9	887.361,1	899.405,4	909.537,2	920.174,6	890.442,7	893.792,5	905.226,9	910.125,6	911.353,4	920.414,9	915.932,0	911.029,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{\2}	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	25,0%	24,8%	24,8%	24,8%	24,5%	24,5%	24,3%	23,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/10	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6
LFT	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9
LTN	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3
NTN-B	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9
NTN-C	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4
NTN-F	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2
Dívida Securitizada	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1
LFT	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7
LTN	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6
II. DÍVIDA EXTERNA	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6
Euro	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9
Global US\$	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1
Global BRL	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9
Demais Títulos Externos	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2
Organismos Multilaterais	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5	2.277.659,7	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	67,0%	67,3%	66,5%	65,3%	64,8%	64,7%	64,5%	64,4%	65,0%	62,3%	62,9%	63,2%	63,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/10	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/11
I. HAVERES INTERNOS	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.590,9	1.401.201,7	1.439.222,7	1.468.853,3	1.524.794,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	431.528,7
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8
Bônus Renegociados	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3
Antecipação de Royalties	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.284,7	241.906,0	243.375,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9
Fundos Constitucionais Regionais	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.137,1	58.856,3	59.630,7	60.157,8	60.770,4
Fundos Diversos	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0
Haveres de Operações Estruturadas	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3
Haveres Originários de Privatizações	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8
Haveres de Legislação Específica	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8
Demais Haveres Administrados pela STN	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6
II. HAVERES EXTERNOS	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7
III. HAVERES DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.364.385,8	1.391.194,1	1.382.821,1	1.358.941,2	1.357.485,1	1.411.641,1	1.432.674,0	1.446.553,8	1.477.897,5	1.401.479,6	1.439.520,9	1.469.156,2	1.525.117,2
HAVERES DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹	40,8%	41,1%	40,3%	39,1%	38,6%	39,7%	39,7%	39,6%	40,2%	37,7%	38,4%	38,9%	40,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ABRIL 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	23.687,8	830,9	782,8	4.739,9	5.522,7	198.227,6	4.327,6	1.592,9	1.360,8	18.445,5	19.806,2
Senado Federal	46.063,0	3.862,3	1.184,0	1.184,0	2.012,7	3.196,7	57.216,5	3.601,2	939,0	939,0	9.562,8	10.501,8
Tribunal de Contas da União	59.523,7	23.105,8	711,7	707,9	10.777,5	11.485,3	49.844,9	13.756,4	484,3	484,3	14.482,5	14.966,9
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	4.472,2	238,4	237,0	5.249,6	5.486,7	62.428,3	4.575,9	629,4	628,3	9.060,6	9.688,9
Superior Tribunal de Justiça	17.242,0	4.018,3	2.588,7	2.588,7	6.034,1	8.622,9	26.210,4	1.761,8	506,5	506,5	1.883,7	2.390,3
Justiça Federal	359.915,3	479.211,6	180.936,4	180.933,6	59.851,7	240.785,3	301.597,0	271.042,7	5.218,4	3.913,2	91.713,0	95.626,2
Justiça Militar	7.704,0	440,8	47,6	47,5	2.149,6	2.197,1	11.737,2	120,9	33,3	33,3	1.801,4	1.834,7
Justiça Eleitoral	450.944,4	115.299,4	1.727,1	1.361,0	77.506,8	78.867,8	242.038,0	10.628,3	890,7	850,5	90.793,1	91.643,7
Justiça do Trabalho	181.322,1	31.414,1	3.723,3	3.598,1	50.798,2	54.396,3	278.267,9	39.677,9	3.972,8	3.839,6	52.868,5	56.708,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.559,8	4.345,5	1.510,8	1.069,0	15.458,7	16.527,7	73.307,8	6.145,0	168,9	143,2	13.523,3	13.666,5
Conselho Nacional de Justiça	62.128,7	3.764,5	16,6	16,6	12.965,1	12.981,7	77.161,5	6.419,0	55,7	55,6	17.399,3	17.454,9
Presidência da República ³	1.782.978,1	399.723,4	11.545,0	11.340,9	196.190,1	207.531,1	1.317.357,5	35.769,8	2.882,2	2.792,5	282.797,2	285.589,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	838.003,8	70.002,5	43.454,2	13.668,2	175.150,7	188.818,9	414.482,1	557,6	34,0	27,3	21.192,4	21.219,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.518.632,8	108.944,5	3.595,3	1.915,8	113.689,5	115.605,4	1.212.294,4	3.277,4	283,4	27,3	193.436,8	193.464,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.875.147,5	126.440,8	26.896,2	22.070,5	179.772,8	201.843,3	1.293.503,2	247.492,8	55.617,7	15.174,5	256.945,4	272.119,9
Ministério da Fazenda	945.015,3	21.420,5	4.851,3	4.850,1	118.109,6	122.959,7	1.547.399,2	83.804,4	30.594,4	30.589,9	258.389,8	288.979,7
Ministério da Educação	6.599.115,1	611.904,9	71.052,2	63.770,2	1.659.459,2	1.723.229,3	8.718.920,6	994.460,1	67.601,4	60.772,4	2.445.139,2	2.505.911,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	2.163,4	770,8	770,8	4.886,1	5.656,9	67.405,3	1.116,8	114,1	113,5	9.592,2	9.705,7
Ministério da Justiça	1.191.464,0	38.254,9	886,5	689,8	149.359,2	150.049,0	1.503.553,8	41.615,1	9.214,1	9.101,0	163.680,1	172.781,0
Ministério de Minas e Energia	200.090,6	8.019,2	577,7	497,7	16.921,8	17.419,5	207.136,1	5.600,3	47,6	40,2	21.293,1	21.333,3
Ministério da Previdência Social	165.808,7	25.702,9	6.392,5	5.964,1	109.392,8	115.356,9	173.501,0	7.506,3	403,4	250,9	58.912,4	59.163,3
Ministério Público da União	160.973,1	4.000,9	792,4	792,4	40.498,0	41.290,4	301.041,0	13.572,9	3.042,1	2.987,5	71.973,1	74.960,6
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	12.003,6	9.848,0	9.845,5	2.166,6	12.012,1	66.965,0	2.368,7	2.128,9	2.128,9	1.007,7	3.136,6
Ministério da Saúde	4.446.449,5	444.622,2	85.226,8	84.226,2	619.843,0	704.069,1	4.812.267,5	210.352,3	81.208,9	79.890,9	771.447,3	851.338,2
Ministério do Trabalho e Emprego	40.934,3	1.192,6	133,3	132,1	17.140,0	17.272,1	84.169,3	500,3	108,1	107,3	10.032,0	10.139,3
Ministério dos Transportes	13.881.745,4	5.835.102,1	504.812,8	447.776,7	2.558.222,9	3.005.999,6	17.445.510,5	5.019.481,9	93.269,3	69.892,1	3.694.308,7	3.764.200,8
Ministério das Comunicações	46.941,4	1.918,0	90,9	90,9	3.854,6	3.945,5	347.127,4	51.412,8	0,9	0,9	8.983,7	8.984,6
Ministério da Cultura	413.450,6	39.933,0	356,0	309,6	29.380,7	29.690,3	332.307,7	2.185,2	23,1	23,1	35.573,7	35.596,8
Ministério do Meio Ambiente	106.315,0	5.570,2	281,5	281,4	13.627,2	13.908,6	273.078,3	1.919,2	491,5	457,0	71.014,1	71.471,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.830.522,4	442.921,0	31.596,9	31.596,9	162.599,4	194.196,4	1.986.100,9	1.400,1	139,1	139,1	134.952,9	135.092,0
Ministério do Esporte	1.076.180,3	3.674,1	122,1	122,1	46.570,7	46.692,8	1.441.920,3	254,6	16,6	16,6	41.772,5	41.789,0
Ministério da Defesa	9.531.795,5	2.647.214,7	1.158.849,5	1.143.824,7	1.180.426,9	2.324.251,7	7.016.454,4	938.250,3	92.574,4	81.635,6	2.243.649,4	2.325.285,0
Ministério da Integração Nacional	5.782.525,6	898.633,9	152.993,7	152.421,3	821.716,0	974.137,3	4.686.395,0	455.769,8	315.315,5	291.040,5	608.642,7	899.683,3
Ministério do Turismo	2.732.313,4	66.987,5	101,7	101,7	248.097,3	248.198,9	2.644.014,8	15.346,2	647,0	647,0	103.176,3	103.823,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	347.847,1	50.750,6	38.443,1	38.443,1	31.812,7	70.255,9	215.741,0	34.455,1	1,2	1,2	61.164,4	61.165,6
Ministério das Cidades	7.475.512,8	1.719.030,2	487.506,0	485.538,0	1.326.925,8	1.812.463,8	7.617.076,0	362.509,1	27.427,4	25.175,5	774.625,9	799.801,4
Ministério da Pesca e Agricultura	457.901,0	17.035,9	1.197,9	1.197,9	14.851,7	16.049,6	286.369,5	63,1	21,7	20,9	29.552,2	29.573,1
Conselho Nacional do Ministério Público	457.901,0	9,0	-	-	-	-	62.986,3	-	-	-	415,1	415,1
TOTAL	65.836.704,6	14.296.798,5	2.835.889,8	2.714.764,8	10.088.209,1	12.802.974,0	67.453.115,2	8.893.098,7	797.699,7	685.808,1	12.695.203,9	13.381.012,0

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 4 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

ABRIL / 2011

Comentários

Em Abril de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 32,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8.326.607,7 (mil), ante R\$ 6.281.876,8 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Março	Abril	Janeiro a Abril	Março	Abril	Janeiro a Abril	Abr/2011 Mar/2011	Abr/2011 Abr/2010	Jan- Abr/2011 Jan- Abr/2010
FPM	2.747.398,8	3.291.795,9	12.766.814,2	3.212.323,4	4.257.924,5	16.958.316,1	32,5%	29,3%	32,8%
FPE	2.625.292,0	3.145.493,7	12.199.399,6	3.069.553,4	4.068.683,2	16.204.612,6	32,5%	29,3%	32,8%
IPI-Exp	201.687,1	212.565,3	861.621,4	219.687,7	296.773,6	1.133.495,0	35,1%	39,6%	31,6%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
ABRIL	+ 20 %	+ 32,5 %	+ 20 %	+ 32,5 %	+24 %	+ 35,1 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAI/ABR	JUN/MAI	JUL/JUN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 10 %	- 12 %	- 24 %
IPI - EXP	- 17 %	+ 17 %	- 1 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2011 a 20/04/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	2.525.052	10.992.725	13.517.776	ABR/1º DEC	2.325.058	2.433.200	202.004	4.960.261
ABR/1º DEC	717.319	1.981.782	2.699.101	ABR/2º DEC	464.245	485.838	57.386	1.007.469
ABR/2º DEC	467.298	6.970.959	7.438.257	ABR/3º DEC	1.279.380	1.338.886	37.384	2.655.650
TOTAL	3.709.670	19.945.465	23.655.135	TOTAL	4.068.683	4.257.924	296.774	8.623.381

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Na arrecadação acima foram incluídas receitas de IR no valor de R\$ 497.214 mil e de IPI no valor de R\$ 111.028 mil, decorrentes de por classificação por estimativa efetuada pela Receita Federal do Brasil com fulcro na Portaria MF nº 232/09, cujo crédito aos beneficiários das transferências constitucionais ocorreu em 19/04/11.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	21.168,7	139.189,7	36,5
ALAGOAS	AL	101.448,2	169.261,3	464,4
AMAZONAS	AM	63.049,0	113.532,5	3.058,3
AMAPÁ	AP	15.177,6	138.823,5	334,2
BAHIA	BA	390.846,6	382.301,6	17.990,1
CEARÁ	CE	222.322,0	298.515,2	2.364,2
DISTRITO FEDERAL	DF	7.183,3	28.082,1	375,2
ESPÍRITO SANTO	ES	73.259,8	61.030,2	14.519,3
GOIÁS	GO	155.436,9	115.676,7	4.892,5
MARANHÃO	MA	177.252,8	293.685,7	3.023,3
MINAS GERAIS	MG	557.994,9	181.239,5	38.892,7
MATO GROSSO DO SUL	MS	64.861,4	54.194,9	3.745,1
MATO GROSSO	MT	77.741,4	93.901,1	4.292,0
PARÁ	PA	155.051,8	248.677,9	13.256,5
PARAÍBA	PB	137.642,9	194.845,2	457,3
PERNAMBUCO	PE	213.729,1	280.747,3	1.851,4
PIAUI	PI	108.480,7	175.824,1	96,5
PARANÁ	PR	287.223,4	117.308,3	24.463,9
RIO DE JANEIRO	RJ	125.016,6	62.157,3	52.660,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	107.330,7	169.985,5	390,1
RONDÔNIA	RO	37.515,6	114.557,8	511,1
RORAIMA	RR	13.187,4	100.931,8	25,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	288.522,6	95.809,4	32.475,0
SANTA CATARINA	SC	165.814,9	52.071,0	16.977,8
SERGIPE	SE	61.968,4	169.066,0	100,0
SÃO PAULO	SP	568.153,0	40.686,8	59.354,7
TOCANTINS	TO	60.544,7	176.580,9	165,1
TOTAL		4.257.924,5	4.068.683,2	296.773,6

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br